

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

Homonacionalismo e mercado LGBTI+: Uma análise do *pinkwashing* em meio à questão palestina

*Homonationalism and the LGBTI+ market: An analysis
of pinkwashing in the middle of the palestinian question*
*Homonacionalismo y mercado LGBTI+: Un análisis
del pinkwashing en medio de la cuestión palestina*

Tibério Lima Oliveira¹

<https://orcid.org/0000-0003-4717-1408>

Recebido em: 13/12/2023

Aprovado em: 24/01/2024

Resumo: Este artigo destaca o desafiador cenário enfrentado pela população palestina em outubro de 2023, devido à incursão de Israel na Faixa de Gaza, que resulta em um dos maiores genocídios televisionados da história, com mais de 10 mil mortes em apenas um mês, incluindo mais de 4 mil crianças (ADAMOR, 2023). O texto propõe uma análise do mercado LGBTI+ em tempos de homonacionalismo, com foco no fenômeno do *pinkwashing* e em sua relação com a ques-

1 Professor temporário na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor em Política Social pela UnB. Mestre e bacharel em Serviço Social pela UFRN. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9455349090568465>>. E-mail: <tiberioufrn2016@gmail.com>.

tão palestina. Explorando os conceitos de homonacionalismo e *pinkwashing* diante do neoliberalismo, o artigo apresenta dados sobre a produção do homonacionalismo por Israel na Palestina, evidenciando as violações de direitos. Este estudo contribui para a compreensão de como o homonacionalismo permeia os espaços de mercado, especialmente no contexto do *pinkwashing* e na sua relação com a questão palestina.

Palavras-chave: Homonacionalismo. *Pinkwashing*. LGBTI+. Questão palestina.

Abstract: This article highlights the challenging scenario faced by the palestinian population in october 2023 due to Israel's incursion into the Gaza Strip, resulting in one of the most televised genocides in history, with over 10,000 deaths in just one month, including more than 4,000 children (ADAMOR, 2023). The text proposes an analysis of the LGBTI+ market in times of homonationalism, focusing on the phenomenon of pinkwashing and its relation to the Palestinian Issue. Exploring the concepts of homonationalism and pinkwashing in the face of Neoliberalism, the article presents data on the production of homonationalism by Israel in Palestine, highlighting human rights violations. This study contributes to understanding how homonationalism permeates market spaces, especially in the context of pinkwashing and its relationship with the palestinian issue.

Keywords: Homonationalism. Pinkwashing. LGBTI+. Palestinian issue.

Resumen: Este artículo destaca el desafiante escenario que enfrenta la población palestina en octubre de 2023, debido a la incursión de Israel en la Franja de Gaza, que resulta en uno de los mayores genocidios televisados de la historia, con más de 10 mil muertes en tan solo un mes, entre ellas más de 4 mil niños (ADAMOR, 2023). El texto propone un análisis del mercado LGBTI+ en tiempos de homonacionalismo, centrándose en el fenómeno del *pinkwashing* y su relación con la cuestión palestina. Explorando los conceptos de homonacionalismo y *pinkwashing* frente al neoliberalismo, el artículo presenta datos sobre la producción de homonacionalismo por parte de Israel en Palestina, destacando las violaciones de derechos. Este estudio contribuye a la comprensión de cómo el homonacionalismo permea los espacios de

mercado, especialmente en el contexto del *pinkwashing* y su relación con la cuestión palestina.

Palabras clave: Homonacionalismo. *Pinkwashing*. LGBTI+. Cuestión palestina.

INTRODUÇÃO

O mês de outubro de 2023 assinala um período desafiador para a população palestina, devido à incursão de Israel na Faixa de Gaza. Tanto por meio de invasões terrestres quanto por ataques aéreos com bombas e mísseis, direcionados possivelmente contra o Hamas,² vidas de inúmeros palestinos inocentes têm sido ceifadas. Trata-se de um dos maiores genocídios televisionados da história na atualidade. Em apenas um mês de conflito, o número de mortes ultrapassa 10 mil, sendo que mais de 4 mil delas são de crianças. Os demais óbitos incluem homens, mulheres e idosos, o que corresponde a aproximadamente 70% do total (ADAMOR, 2023).

É diante do referido cenário que neste artigo se propõe uma análise do mercado de consumo de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+) em tempos de homonacionalismo,³ com especial atenção para o fenômeno do *pinkwashing*⁴ e para a sua intersecção com a questão palestina. Inicialmente, destaca-se que o homonacionalismo representa um processo de avanço da instrumentalização e da incorporação da agenda LGBTI+ pelo Estado e pelo mercado, direcionando suas pautas para a normatização e o controle dessas identidades. Tal fenômeno, afluído no início do novo milênio, está intrinsecamente ligado a uma perspectiva ideológica neoliberal, centrada na cidadania de consumo por parte de *gays* e lésbicas (PUAR, 2015; OLIVEIRA, 2013).

2 “Há um mês, no dia 7 de outubro, o grupo palestino Hamas cometeu um ataque sem precedentes a Israel. O grupo burlou o sistema de segurança na fronteira com a Faixa de Gaza e causou assassinatos (cerca de 1.400) e sequestros (cerca de 240). Desde então, Israel tem atacado Gaza de forma inclemente, numa ofensiva aérea e terrestre responsável por um rastro de mortes, destruição, deslocamentos forçados e sofrimento provocado pelos ataques e pelo bloqueio a itens básicos para a sobrevivência humana” (ADAMOR, 2023).

3 Os resultados que se apresentam neste texto são considerações desenvolvidas a partir de análises bibliográficas que partiram da tese de doutorado defendida em 2022, pesquisa esta que teve financiamento de bolsa pelo CNPq.

4 *Pinkwashing* é um termo cunhado por Sarah Schulman (2011), que significa “lavagem rosa”. Schulman destaca que a lavagem na imagem de Israel é uma campanha intensa que o país empregou para amenizar a visão de ser extremamente militarista, religioso e conservador, especialmente após os ataques violentos do exército israelense contra os palestinos.

O homonacionalismo, para sua reprodução, fundamenta-se nas dimensões das relações homonormativas das identidades sexuais e de gênero. Entende-se a homonormatividade como “[...] uma política que não contesta premissas e instituições heteronormativas dominantes, mas as mantém e sustenta, enquanto promete a possibilidade de um eleitorado gay desmobilizado e uma cultura gay privatizada e despoliticizada” (DUGGAN, 2004).

Assim, ideologicamente, o homonacionalismo respalda-se em uma defesa de direitos pelo prisma do progresso em uma constante reprodução do colonialismo, frequentemente mascarando as contradições de gênero, raça/etnia e classe na sociedade. Segundo Puar (2017), o homonacionalismo manifesta-se de duas formas: por meio dos Estados-nações e pelo mercado. Portanto, compreender esse fenômeno exige uma análise que considere múltiplos determinantes sociais, integrando-o à lógica da reprodução constante do imperialismo internacional do capital e das formas de imposição de culturas normalizadoras centradas na heteronormatividade e nas políticas neoliberais historicamente pautadas pela cultura do consumo.

Os espaços de mercado voltados para o público LGBTI+, em sua grande parte, estão inseridos na lógica da sociabilidade capitalista – produção, consumo, distribuição e troca (MARX, 2011). No entanto, são também espaços de contradições, de sociabilidades, encontros e uma diversidade que não pode ser reduzida ao ponto de vista economicista das relações sociais. Trata-se de um mercado que também é um fenômeno internacional e complexo, uma vez que desempenha diversas funções estratégicas e contraditórias no modo de ser do capitalismo. De tal modo, observa-se uma diversificação do seu caráter de expansão a partir das distintas realidades.

Este texto é resultado de uma pesquisa, parte integrante do estudo de uma tese de doutorado que explorou o conceito em tela, ainda pouco disseminado no contexto acadêmico brasileiro. Inicialmente, discute-se o conceito de homonacionalismo e *pinkwashing* diante do neoliberalismo. Na segunda parte, apresentam-se os dados relativos ao homonacionalismo produzido por Israel em relação à Palestina e às violações de direitos desses povos. Dessa forma, busca-se contribuir para a compreensão mais aprofundada de como o homonacionalismo permeia os espaços de mercado, especialmente no contexto do *pinkwashing* e de sua relação com a questão palestina.

O HOMONACIONALISMO DE MERCADO EM TEMPOS NEOLIBERAIS: O *PINKWASHING*

O objetivo inicial deste texto é abordar os aspectos da lógica mercantil que fundamentam o homonacionalismo e como, em determinados países, o mercado é utilizado como estratégia de “progresso” e conquistas para a população LGBTI+. No entanto, tal abordagem pode também servir como uma maneira de “lavar” a imagem de Estados violadores de direitos humanos para certas populações, como é o caso de Israel em relação à ocupação na Palestina. É importante destacar que o homonacionalismo de mercado está intrinsecamente ligado ao regime de Estado-nação, sendo o primeiro indissociável do segundo.

Para compreender essa categoria, é crucial examinar o contexto em que se desenvolve. Conforme ressaltado por Puar (2013), o termo homonacionalismo não é óbvio nem fácil de ser encontrado. Trata-se de uma discussão que tem sido pouco difundida no Brasil, tanto em traduções da autora quanto por pesquisadores locais que abordam o fenômeno. No entanto, a discussão vem ganhando forças entre alguns pesquisadores e pesquisadoras em âmbito nacional. De acordo com Puar (2015),

[...] o homonacionalismo é fundamentalmente uma crítica à forma como os discursos dos direitos liberais de lésbicas e gays produzem narrativas de progresso e modernidade que continuam a conceder a algumas populações o acesso a formas culturais e legais de cidadania, em detrimento do abandono parcial e integral dos direitos das restantes populações (2015, p. 299).

A autora se propõe a compreender o homonacionalismo, atravessado por diversas peças que dão sentido à manifestação do fenômeno. Os fragmentos que compõem este amplo processo de expressões incluem disputas ideológicas por direitos, neoliberalismo, posicionamentos políticos e ideológicos dos Estados, mercado, nacionalismo e Estados nacionais. Segundo Puar, o homonacionalismo é um processo, não um evento ou atributo, de modo que designa uma mudança histórica na produção de Estados-nação a partir da insistência na heteronormatividade como forma de aumentar a inclusão da homonormatividade (PUAR, 2015, p. 299-300).

No contexto internacional, a conceituação sobre o homonacionalismo foi construída por Jasbir Puar em 2007, com destaque para a obra

“Ensamblajes terroristas: el homonacionalismo en tiempos queer”. Na referida obra, Puar (2017) define o homonacionalismo como uma estratégia dos Estados nacionais para garantir direitos para gays e lésbicas em prol do progresso e patriotismo, ao mesmo tempo em que outras populações têm seus direitos sociais violados. Além disso, a autora destaca que o homonacionalismo é articulado por várias dimensões, como políticas homonormativas, *pinkwashing*, mercado de consumo, entre outras.

A dimensão mercadológica do homonacionalismo tem como um de seus principais fenômenos aquilo que se conceituou como *pinkwashing*. São dois conceitos que se inter-relacionam, cujo termo pode ser traduzido literalmente como “lavagem rosa”. Conforme Puar (2015), trata-se de um processo que é uma peça central no mosaico do homonacionalismo. Schulman (2011) caracterizou o *pinkwashing* como um mecanismo ideológico utilizado por empresas, instituições, organizações e até mesmo pelo Estado com o objetivo de projetar uma imagem progressista associada à defesa dos direitos de um determinado segmento social (neste caso, a população LGBTI+), ao mesmo tempo em que outras populações têm seus direitos violados.

Em tal contexto, é comum que empresas privadas adotem medidas de incentivo à “responsabilidade social” e à inclusão de pessoas LGBTI+ em seus setores, ao mesmo tempo em que enfrentam inúmeros processos judiciais e trabalhistas, como no caso da Uber.⁵ Neste sentido, Puar (2017) aborda o conceito de homonacionalismo de mercado, ao compreender os gastos homonacionais de gays e lésbicas no turismo, destacando o poder aquisitivo e o consumo em abundância. Além disso, a abordagem econômica do homonacionalismo está intrinsecamente ligada ao Estado neoliberal, centrando-se na ótica do consumo.

O neoliberalismo é mais que uma ideologia ou um conjunto claramente definido de políticas tais como privatização, liberalização financeira e das importações ou ataque coordenado ao Estado de bem-estar social. Concebe-se o neoliberalismo, aqui, como o sistema de acumulação dominante (ou seja, o estágio atual, a etapa ou o modo de existência do capitalismo contemporâneo) (SAAD & MORAIS, 2018, p. 96).

5 HONÓRIO, G.; NICOCELLI, A. (2023). Justiça condena Uber a pagar R\$ 1 bilhão e assinar carteira de trabalho de todos os motoristas: ‘valor irrisório’, diz juiz. G1 SP. São Paulo, 15/09/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/15/justica-condena-uber-a-pagar-r-1-bilhao-e-assinar-carteira-de-trabalho-de-todos-os-motoristas-valor-irrisorio-diz-juiz.ghtml>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

É diante desse processo de acumulação que a ideologização do homonacionalismo fundamentada no consumismo surge a partir das transformações societárias contemporâneas, com a ampliação da mercantilização de serviços para esse público. Dessa forma, há um aumento na acumulação de capitais para determinadas empresas, além de uma salvaguarda da imagem de progresso em certas localidades, mas que mantém a matriz heterossexual como regime político e econômico, conforme discorre Witting (2005).

Igualmente, o que vigorou após as crises sucessivas do capitalismo foi a lógica das privatizações do bem comum, da financeirização da economia e da apropriação do fundo público do Estado, da reestruturação do mercado e do trabalho na contemporaneidade. São, de acordo com Harvey (2014), formas fundantes para a manutenção e a garantia das taxas de lucro do capital em tempos de colapso, que sempre busca a estratégia de restauração e reprodução ampliada desse sistema, “seja no acúmulo do capitalismo comercial ou na alta rotatividade do capitalismo financeiro especulativo, [pois] o que todos os atores que compõem o mercado sempre almejam é o lucro. Portanto, é esse o motivo principal da concorrência” (CARVALHO, 2011, p. 143).

Um elemento central nesse modelo está relacionado à mercadificação de tudo o que possa ser comercializado e objetificado.

A mercadificação da sexualidade, da cultura, da história, da tradição; da natureza como espetáculo ou como remédio; a extração de renda monopolista da originalidade, da autenticidade e da peculiaridade (de obras de arte, por exemplo) – todas essas coisas equivalem a atribuir um preço a coisas que na verdade jamais foram produzidas como mercadorias (HARVEY, 2014, p. 179).

O capital se nutre da intensa saturação da venda e compra da força de trabalho, da precarização de trabalhadores em condições de servidão e da comercialização de mercadorias produzidas por esses sujeitos, bem como de novas modalidades de serviços destinados a atender às necessidades físicas ou psicológicas da sociedade. Como Marx destacou: “a natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana” (2017, p. 113).

Com um modelo de sociabilidade centrado na constante mercantilização, tudo pode ser transformado em produto e comercializado, sendo o lucro a modalidade central dessa relação social. Isso inclui diversos espaços de lazer LGBTI+. Na sociedade neoliberal contemporânea, essa fetichização é aprofundada pelo estímulo constante ao consumismo, na busca incessante por serviços individuais que satisfaçam os desejos pessoais. Nunan (2003) destaca que, de maneira mais intensa nos anos de 1970, surgiu um mercado de consumo voltado para pessoas LGBTI+, sendo que o capitalismo se apropriou desses novos setores econômicos, oferecendo uma infinidade de mercadorias e serviços para o referido público, dentro dos padrões da sociedade capitalista.

Entretanto, é crucial compreender que tais espaços de consumo, em suas territorialidades de sociabilidades, são marcados por contradições, segmentações e hierarquizações no acesso ao lazer. Entender todos esses aspectos em sua totalidade é um desafio difícil e complexo, indo além da mera visão “economicista” desse consumismo. Eribon (2008) destaca as transformações sociais que permitiram um maior adensamento desses espaços, como a substituição de bares escondidos por estabelecimentos mais visíveis e ostensivos.

São mudanças sociais que não negam o papel central do capitalismo nesse comércio de lazer, mas também refletem um amplo movimento de luta por visibilidade desses sujeitos. Anteriormente, frequentar esses locais era muitas vezes uma atividade clandestina, uma vez que havia o receio de prisões e hostilidades pela polícia ou de descoberta pelos familiares. São as contradições expressas deste mundo em transformação:

[...] toda a história dessa sociabilidade e desse “mundo” que os homossexuais construíram ao longo do século, que deve ser levada em consideração hoje, se quisermos analisar o que é “comunidade” gay, cuja simples evocação parece fazer tremerem de horror os conformistas de todas as obediências. Pois essa sociabilidade, de que é tão fácil hoje de denunciar os efeitos de uniformidade e a invasão pela comercialização, teve primeiramente, e tem sempre, um valor emancipador, pela possibilidade que oferece aos jovens gays (e às lésbicas) de acelerar o processo de aceitação de si (ERIBON, 2008, p. 42).

O homonacionalismo de mercado surge no contexto mencionado como uma forma de reconhecer as potencialidades de consumo de gays e lésbicas, além de representar uma perspectiva ideológico-política. Isso impulsiona o desenvolvimento de uma extensa rede de serviços destinados à referida comunidade, estruturada pela mercantilização, o que promove a ideia de progresso, diversidade, pluralidade e respeito para com a citada população em espaços que anteriormente discriminavam tais indivíduos.

Conforme Drucker, “a emergência de camadas pequeno-burguesas fomentou a propagação de vidas gays relativamente confortáveis, normalizadas, em um canto tolerado do mundo heteronormativo” (2017, p. 204). Em outras palavras, os espaços mercantilizados voltados para a comunidade LGBTI+ funcionam como um campo de contradições, podendo servir como um “canto de sereia” e, ao mesmo tempo, como espaços de resistência à lógica da heteronormatividade. Tais territórios não são homogêneos, pois são normalizados, mas também são locais de contestação e subversão por aqueles que desestabilizam as normas binárias de gêneros e sexualidades, resultando em uma hierarquização/segmentação complexa.

Tais ambivalências são evidentes em diversos países, sendo parte intrínseca da lógica do sistema capitalista, que não opera isoladamente. Ele requer e está vinculado a outras dimensões de domínio para poder sobreviver.

Referindo-se ao contexto mencionado, Puar (2017) destaca que, expressivamente, o avanço dos movimentos LGBTI+, que pautam demandas e necessidades sociais pelo mercado e pelo Estado, é parte de uma agenda neoliberal de tais sujeitos no contexto dos Estados Unidos, de Israel e alguns países da Europa, sendo um fruto de:

[...] uma estrutura econômica neoliberal acomodacionista [que] cria o *marketing* de nicho de diversos grupos étnicos e minoritários, normalizando a produção de uma indústria do turismo gay e lésbico assente na distinção discursiva entre destinos simpatizantes gays e destinos não simpatizantes gays. A maior parte dos países que aspiram a formas de modernidade ocidental ou europeia possui, atualmente, campanhas de *marketing* de turismo gay e lésbico (PUAR, 2015, p. 306).

Diversos países investiram no turismo direcionado para a comunidade LGBTI+, transformando algumas cidades em rotas internacionais

consideradas potenciais mercados “gay friendly”, concebidos hegemonicamente para a comercialização do lazer voltado para gays e lésbicas. Puar destaca que “a emergência do consumidor gay aparece como mediação deste status marginal; por uma parte, este novo consumidor está no ponto de referência de uma indústria homossexual que não tem filhos, disponíveis de grandes ingressos” (2017, p. 44-45).

Muitos indivíduos desse grupo veem no turismo seu principal mercado de serviços, gerando uma significativa rotatividade econômica. No entanto, a abordagem cria um modelo de classificação entre países que possuem abertura para tais sujeitos, incentivando espaços *friendly*, enquanto por vezes desqualifica, de forma pejorativa e etnocêntrica, os países que não adotam tal abertura, além de invisibilizar aqueles que resistem politicamente nesses territórios (PUAR, 2017).

Conforme observado por Puar (2017), a descriminalização da “homossexualidade” tem se expandido em diversos países ocidentais, fortalecendo o mercado de consumo destinado ao referido público. Nos Estados Unidos, em particular, o *marketing* voltado para o turismo, restaurantes, bares e boates LGBTI+ tornou-se uma das principais estratégias de consumo e lucratividade. No entanto, também se transformou em um mecanismo de “lavagem rosa” dos Estados-nações, por intermédio do *pinkwashing*, estratégia de *marketing* amplamente utilizada por países como Israel e Estados Unidos.

Segundo Bento (2018), tal campanha de promoção foi financiada por Israel e desenvolvida pelo grupo de *marketing* Brand Israel. Portanto, Schulman argumenta que

o crescente movimento gay global contra a ocupação israelense denominou essas táticas de “lavagem rosa”: uma estratégia deliberada para ocultar as violações contínuas dos direitos humanos dos palestinos por trás de uma imagem da modernidade significada pela vida gay israelense. Aeyal Gross, professor de Direito da Universidade de Tel Aviv, argumenta que “os direitos dos gays se tornaram essencialmente uma ferramenta de relações públicas”, embora “os políticos conservadores e especialmente religiosos continuem ferozmente homofóbicos” (2011, p/s).

Schulman (2016) explica que o conceito de *pinkwashing* já era empregado por diversos grupos. A autora acrescenta que, em 2010,

ativistas LGBTI+ denunciavam campanhas de combate à corrupção de empresas que utilizavam a mesma estratégia para angariar recursos para campanhas sociais. Ela ainda esclarece que a expressão foi cunhada em 1985 pela Breast Cancer Action para identificar empresas que afirmavam apoiar mulheres com câncer de mama, enquanto, na realidade, lucravam com a doença (Idem, 2016).

Por outro lado, de acordo com Puar (2017), frações dos movimentos LGBTI+ que possuem dissidências liberais nesses países frequentemente reduzem as pautas dessas organizações, concentrando-se exclusivamente na questão da sexualidade sob a perspectiva do nacionalismo sexual. Em alguns casos, tais coletivos são contrários aos direitos dos imigrantes e têm posições políticas em defesa das ocupações israelenses em territórios palestinos. Puar destaca que, em contraste com a homofobia retrógrada dos palestinos, a lavagem cor-de-rosa tornou-se um rótulo frequentemente utilizado para se referir à promoção cínica dos organismos LGBT como sendo representativos da democracia israelense (PUAR, 2015, p. 306).

A QUESTÃO PALESTINA E O HOMONACIONALISMO: UMA QUESTÃO PARADOXAL

A imagem emblemática a seguir ilustra como a manifestação do homonacionalismo se concretiza na realidade em sua relação com o *pinkwashing*. A fotografia foi compartilhada nas redes sociais pelo soldado Yoav Atzmoni, que exibe a bandeira LGBTI+ na Faixa de Gaza durante os conflitos entre Israel e a Palestina em outubro de 2023. A foto foi capturada como uma maneira de desafiar as leis anti-LGBTI+ do território, conforme afirmou Yoav ao jornal The Post. No entanto, o gesto indignou os militantes dos direitos LGBTQIA+ dentro e fora do mundo árabe. A bandeira arco-íris “não tem absolutamente nada a ver com esta guerra”, protestou à AFP Nas Mohamed, fundador da Alwan, que milita pelos direitos LGBTQIA nos países do Golfo (AFP, 2023).

Para se compreender a manifestação do homonacionalismo de mercado por intermédio do *pinkwashing* na região, é essencial explorar a diáspora dos povos palestinos e sua relação conflituosa com Israel. O que aconteceu nesse território? Qual é a origem do conflito e por que Israel emprega uma política sexual nacionalista para justificar a ocupação na área?



Fonte: ATZMONI, Yoav (2023). *Fotografia que exhibe a bandeira LGBTI+ na Faixa de Gaza durante os conflitos entre Israel e a Palestina em outubro de 2023.* Disponível em: <<https://queer.ig.com.br/2023-11-14/soldado-gay-israelense-exibe-bandeira-lgbtq-em-gaza-durante-conflito.html>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Inicialmente, estas linhas buscam contextualizar os principais eventos históricos da ocupação, com ênfase nos anos de 1947, 1948 e 1967,⁶ a fim de embasar a discussão sobre a catástrofe *Nakba* na Palestina. É crucial ter em mente que os referidos anos são fundamentais na história do território palestino, marcados por conflitos complexos. Dentro das limitações deste texto, abordaremos apenas os principais acontecimentos e os aspectos sócio-históricos e políticos relacionados à ocupação por Israel, a fim de que se possa compreender como o homonacionalismo opera pelo mercado com o respaldo do Estado.

Na cronologia de Pappé (2018), o autor observa que, em meados de 1878, tiveram início as primeiras migrações de judeus para o território palestino. Naquela época, aproximadamente 25 mil judeus oriundos do leste europeu já haviam chegado, com o objetivo de territorializar e ocupar a região. É crucial ressaltar que, antes da ocupação da Palestina, o território abrigava uma diversidade étnico-cultural, sustentada por um próspero comércio e uma agricultura em amplo desenvolvimento, além de uma rica cultura artística. Nas palavras de Pappé, “quando

⁶ Apesar dessas limitações, para uma análise mais profunda sobre a questão palestina, recomenda-se a leitura das obras de Ilan Pappé (2018) e E. Said (2012), que oferecem uma perspectiva crítica sobre o referido conflito.

o movimento sionista começou suas operações de limpeza étnica na Palestina, no início de dezembro de 1947, o país tinha uma população ‘mista’ de palestinos e judeus. Os palestinos perfaziam uma maioria de dois terços” (2018, p. 49).

Considerando-se o exposto, a Palestina fazia parte do território denominado Grande Síria até a Primeira Guerra Mundial. Conforme Montenegro (2007), a chamada “Cidade Santa” estava localizada em Jerusalém, abrigando as três principais religiões do território: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo, representadas pelos livros sagrados Torá, Bíblia e Alcorão, respectivamente. São religiões que coexistiam pacificamente, em locais que continuam sendo atrações turísticas para diversas comunidades religiosas até os dias de hoje. A “Palestina era originalmente uma solução inglesa, mas se tornou a peça central da política sionista a partir de 1937; antes disso, os ingleses colocaram diversas opções, notadamente a criação de um estado binacional, que os judeus rejeitaram” (PAPPÉ, 2018, p. 50).

É imprescindível observar o que Montenegro (2007) aponta: com o término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, durante a assembleia de 29 de novembro de 1947, o Plano de Divisão da Palestina, segundo o qual seria criado um Estado para os povos árabes (os palestinos) e um Estado para os judeus. Em 14 de maio de 1948, foi proclamado o Estado de Israel.

Porém, a marcha da ocupação territorial não foi pacífica. A cartografia desenvolvida na obra de Ilan Pappé (2018) traz uma dolorosa e profunda visão da limpeza étnica realizada por Israel para a usurpação do território palestino. Diversas casas foram ocupadas, saqueadas e destruídas por meio das operações executadas pelo exército israelense, ocorrendo massacres e mortes contra civis, crianças, mulheres e idosos. “Enquanto a versão sionista/israelense alega que a população local saiu ‘voluntariamente’, os palestinos falam da ‘catástrofe’, a Nakba, que se abateu sobre eles, o que em algum sentido é um termo furtivo, por se referir mais ao desastre em si” (PAPPÉ, 2018, p. 19).

Tendo em vista todos os ataques e massacres contra os povos palestinos, a ONU instituiu, em 1950, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA). De acordo com Said (2012), sua finalidade central era resguardar os direitos humanos dos povos palestinos e garantir o retorno dessas

famílias para suas terras, o que muitos palestinos não conseguiram até o presente momento. Said nos alerta que os “órgãos internacionais e a UNRWA foram criados para auxiliar no problema específico dos refugiados palestinos em seu principal local de exílio, embora seu principal objetivo sempre tenha sido manter os palestinos a passo da independência política” (2012, p. 151).

A Resolução nº 194, de 11 de dezembro de 1948, da ONU, que se refere ao retorno dos palestinos para suas terras e casas, não se materializou. Tais violações vêm ocorrendo há mais de 70 anos por Israel, com a negação do acesso às suas moradias e perseguições contra crianças e jovens (SAID, 2012; PAPPÉ, 2018). Os palestinos vivem sitiados em seus próprios territórios, conforme o relato da pesquisadora Berenice Bento: “Muitos dos palestinos com quem conversei, moradores de campos de refugiados, conseguem apontar o local das casas de parentes que foram roubadas pelo Estado de Israel. Muitos ainda guardam as chaves de suas casas” (2017, p. 527).

Outro fator histórico na configuração do território da Palestina teve início a partir de 1967. A região foi delineada como um território localizado no Oriente Médio, compreendendo a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, com a demarcação ocorrendo após a Guerra dos Seis Dias, que resultou na diminuição progressiva dos territórios palestinos. Desde então, os povos palestinos “estão submetidos à ocupação imposta por Israel: um período longo, que vem suscitando fenômenos novos e constrangedores, assim como formas de exclusão e de pobreza que significam uma ruptura em sua história” (MONTE-NEGRO, 2007, p. 175).

Esses dois marcos históricos são fundamentais para a compreensão de como o povo palestino vive na contemporaneidade. Sujeitos à própria sorte, eles estão imersos em diversas desigualdades sociais e econômicas. Como afirma Montenegro (2007), essas pessoas foram transformadas em refugiadas em suas próprias terras: “o confinamento fantásticamente cruel de 1,3 milhão de pessoas, apertadas como sardinhas humanas na Faixa de Gaza, além dos quase 2 milhões de residentes palestinos da Cisjordânia, não tem paralelos nos anais do *apartheid* ou do colonialismo” (SAID, 2014).

É nesse cotidiano que Israel fomenta internacionalmente uma imagem de progresso por meio do *marketing* mundial da cidade de Tel

Aviv, apresentando-a como o paraíso “gay” do Oriente Médio. Em face do *pinkwashing*, que busca limpar a imagem da catástrofe *Nakba*, as palavras de Puar ressaltam que “Israel é pioneiro do homonacionalismo, uma vez que a sua posição particular no cruzamento do colonialismo, da ocupação e do acomodacionismo neoliberal proporciona as condições perfeitas para a normalização da homossexualidade” (2015, p. 306).

O turismo internacional LGBTI+ em Tel Aviv tornou-se uma das principais estratégias das grandes empresas voltadas para os aspectos de sociabilidade da referida comunidade. No entanto, também tem sido utilizado como principal instrumentalização desses sujeitos em face do *pinkwashing* para Israel, na promoção dos direitos dessa comunidade, para lavar a imagem negativa do Estado opressor. Essa forma de publicidade israelita conta com o apoio dos Estados Unidos, “país que está disposto a investir vários milhões de dólares numa campanha de relações públicas (usando astros como Zubin Mehta, Yitzhak Pearlman e Amós Oz) para melhorar ainda mais sua imagem” (SAID, 2014).

Além de ser uma estratégia de campanhas internacionais por empresas que objetivam taxas de lucratividade, o *pinkwashing* possui dois fatores ideológicos que se estabelecem, segundo Puar (2015): primeiro, por sua relação com os Estados Unidos; segundo, por promover uma forte política de lavagem cor-de-rosa, “definida como a utilização, pelo Estado israelita, do seu excelente historial de direitos LGBT como forma de desviar as atenções e, em alguns casos, justificar ou legitimar a sua ocupação da Palestina” (PUAR, 2015, p. 306).

Diante das leituras, pode-se afirmar que se criou uma visão em torno de Israel como um país do Oriente Médio que promove a cidadania LGBTI+. Conforme destaca Bento (2018), Tel Aviv foi considerada como “a terra prometida do arco-íris”; porém, isso é fruto de uma forte prática de perseguição do Estado hebreu à Palestina. Muitas dessas perseguições são promovidas por uma narrativa que justifica que os árabes são homofóbicos e que não respeitam os direitos de orientação sexual e de gênero dos/as palestinos/as. Foi por intermédio dessa estratégia contemporânea que, a partir do acionamento da política sexual, os membros do Estado israelita justificam sua atuação como um dos motivos para a ocupação contemporânea.

Bento (2018) destaca que, desde 2005, após a segunda intifada, com fortes ataques violentos de Israel contra o território palestino, a imagem

do Estado israelita ficou manchada internacionalmente. Segundo a autora, foi por essa visão que a então ministra dos Assuntos Estrangeiros, Tzipi Livni, promoveu uma forte campanha para impulsionar as políticas LGBTI+ na região. Por meio de intensas campanhas em 2012, a cidade de Tel Aviv foi considerada a capital internacional do turismo LGBTI+:

[...] o *site* de notícias israelense Ynet informou que o Conselho de Turismo de Tel Aviv havia iniciado uma campanha de cerca de US\$ 90 milhões para marcar a cidade como “um destino internacional de férias gays”. A promoção recebeu apoio do Ministério do Turismo e dos Consulados de Israel no exterior e inclui representações de jovens casais do mesmo sexo e financiamento para projeções de filmes pró-israelenses em festivais de filmes gays e lésbicos nos Estados Unidos (SCHULMAN, 2011).

Para materializar tal realidade, a primeira promoção deu-se no campo do turismo, patrocinado pelo Estado: “(...) desde então, jornalistas ocidentais são convidados oficiais do Estado para visitar a cidade. O número de turistas na Parada Gay de Tel Aviv passou de 7 mil em 2006 para 35 mil em 2017. Em 2018, este número chegou a 250 mil pessoas” (BENTO, 2015). Isso representa a real lavagem cor-de-rosa israelita, além do fato de que

a história homonacionalista de Israel [...], a ascensão dos direitos LGBT em Israel e o aumento da mobilidade para gays e lésbicas desenvolvem-se em paralelo com o aumento simultâneo da segregação e a diminuição da mobilidade das populações palestianas, sobretudo pós-Oslo. [...] O surgimento dos direitos gays em Israel teve início mais ou menos ao mesmo tempo em que [houve] a primeira intifada, tendo os anos 90 ficado conhecidos como a “década gay” de Israel (PUAR, 2015, p. 306).

Outro elemento que corrobora a hipótese para se compreender o fenômeno está relacionado com a geografia israelita, que estabelece limites fronteiriços compartilhados com os seguintes países, territórios e regiões: ao Norte, o Líbano; ao Nordeste, a Síria e as colinas de Golã; ao Leste, a Cisjordânia e a Jordânia; e, no Sudoeste, o Egito e a Faixa de Gaza (OLIVEIRA, 2019). Ressalta-se que, de acordo com a ótica ocidentalista, tais territórios são considerados extremamente intolerantes

em relação aos direitos civis da comunidade LGBTI+. Uma das principais retóricas referentes ao citado processo dá-se pelo fato de que, nessa vasta região, somente em Israel e na Turquia a “homossexualidade” não é criminalizada; no entanto, o Estado israelita proíbe que pessoas palestinas LGBTI+ se mobilizem.

Os aspectos geopolíticos do citado território levaram Israel a obter, por meio do *marketing* e da forte promoção dos direitos humanos LGBTI+, uma concepção falaciosa de Estado provedor dessa comunidade e a utilizar a referida narrativa para manter a ocupação nos territórios palestinos, com um intenso controle pelo exército na região. Neste sentido, os palestinos LGBTI+ “argumentam que o facto de a sociedade palestina ser ou não ser homofóbica é irrelevante e que a questão da homofobia na sociedade palestina não está relacionada com o facto de que a ocupação tem de acabar” (PUAR, 2015, p. 309).

Israel é, de fato, uma democracia para a comunidade LGBTI+? Trata-se do principal questionamento levantado por Bento (2018), ao analisar a realidade dessa comunidade no Estado israelita. Os fundamentos destacados por Puar (2017) atuam de forma mais intensa a confirmar que Israel é um país homonacionalista, principalmente devido à forte conexão desse país com os Estados Unidos, dada a excepcionalidade sexual construída pelos EUA. Ao mesmo tempo em que se afirma uma política em defesa do Estado israelita como promotor dos direitos LGBTI+, diversas contradições se expressam no referido território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental expressar a solidariedade ao povo palestino contra os ataques colonialistas impetrados por Israel contra a Faixa de Gaza. O ano de 2023 revela-se extremamente desafiador para o povo palestino, marcado por bloqueios na Faixa de Gaza e incursões que resultaram na destruição de vários hospitais, casas, escolas e o comércio local. Inúmeras vidas, incluindo as de crianças, mulheres e idosos, foram ceifadas pela máquina de guerra israelense. O mundo observa impotente a situação no Oriente Médio, enquanto o Estado sionista perpetua a violência em um território já assolado pela miséria. Apesar dessa tragédia, diversos países têm se unido em protestos em defesa da paz, juntando-se a partidos, movimentos sociais e sindicatos, solidarizando-se contra as atrocidades cometidas por Israel.

Na pesquisa desenvolvida por Puar (2017), o homonacionalismo nos Estados Unidos e em Israel e sua ocupação na Palestina foram analisados mediante o viés do *pinkwashing*, de modo a evidenciar como a comunidade LGBTI+ é instrumentalizada na defesa nacionalista do Estado israelita, com base na narrativa de que os árabes são homofóbicos e, por tal razão, é preciso resguardar os direitos violados da referida comunidade. É necessário entender o Estado-nação como um campo de correlações de forças, sendo que o processo homonacionalizador é uma dessas expressões. Portanto, é no chão do neoliberalismo e do neoconservadorismo que se movimenta esse fenômeno, que ainda é novo, mas é ideológico e se materializa no plano das lutas e disputas por direitos socialmente conquistados, mas que tem criado força internacionalmente nas suas múltiplas formas.

Em síntese, é preciso ressaltar que as lutas por direitos LGBTI+ são necessárias; no entanto, como discorre Angela Davis (2018), elas devem estar entrelaçadas a uma luta que articule as questões de gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, capacidades e territorialidades, de maneira que ultrapassem a perspectiva individualista dos direitos. Melhor dizendo, é necessário fortalecer as lutas progressistas transnacionalmente. Como exemplo, a autora convoca a pensar a realidade dos povos palestinos oprimidos, explorados pelo Estado israelita com o apoio econômico e político dos Estados Unidos. É necessário apoiar o movimento conhecido como Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) (em inglês: *Boycott, Divestment and Sanctions*) contra Israel e a sua política homonacionalista. Afinal, somente com a imbricação das lutas poderemos romper com a referida normalidade posta pelos Estados-nações imperialistas.

REFERÊNCIAS

AGENCE FRANCE-PRESSE (AFP) (22 de novembro de 2023). **Imagem de soldado gay em Gaza relança debate sobre ‘pinkwashing’ em Israel**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/imagem-de-soldado-gay-em-gaza-relanca-debate-sobre-pinkwashing-em-israel/>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ADAMOR, J. (2023, 7 de novembro). **Massacre de Israel contra palestinos completa um mês com 10 mil mortos; situação tende a piorar, segundo analistas**. Brasil de Fato. Botucatu (SP). Disponível

em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/07/massacre-de-israel-contra-palestinos-completa-um-mes-com-10-mil-mortos-situacao-tende-a-piorar-segundo-analistas>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BENTO, Berenice. **“Pinkwashing à brasileira”**: do racismo cordial à LGBTTTfobia cordial. *Revista Cult*, 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/pinkwashing-brasileira-do-racismo-cordial-lgbtffobia-cordial/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BENTO, Berenice. Ilán Pappé: história e verdade. *Contemporânea*, v. 7, n. 2, p. 523-528, jul.-dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.048>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BENTO, Berenice. **Pinkwashing**: a terra prometida do arco-íris. *Sexuality Policy Watch*, 2018. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/pinkwashing-a-terra-prometida-do-arco-iris/8879>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CARVALHO, Juliana Maria de Almeida. Poder no Mercantilismo e no Neoliberalismo: Uma introdução comparativa sob a luz da intervenção estatal. *Revista de Geopolítica*, Ponta Grossa (PR), v. 2, nº 1, p. 137-145, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/27>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. *Cadernos Cemarx*, nº 10, 2017.

DUGGAN, Lisa. **The new homonormativity**: the sexual politics of neoliberalism. *In: Materializing democracy: toward a revitalized cultural politics*. Russ Castronovo y Dana Nelson (eds.). Durham: Duke University Press, 2004.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTENEGRO, Ana Maria Maciel. Viver e trabalhar em território ocupado: a Palestina e seu povo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 49, p. 135-149, jan./abr., 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000100011>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Editora Caravansarai, 2003.

OLIVEIRA, João Manoel de. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. **Psicologia & Sociedade**; 25(1): 68-78, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100009>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

OLIVEIRA, Tibério Lima. O homonacionalismo na sociabilidade do consumo de lazer LGBTI+. Fortaleza (CE). Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, 2022.

OLIVEIRA, Flávia Belmont de. **Por que o queer?** Analisando o disciplinamento das identidades LGBT como manutenção do status quo. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

PUAR, Jasbir K. **Keynote from the Homonationalism and Pinkwashing Conference**. In: CLAGS: The Center for LGBTQ Studies, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3S1eEL8EIDo&t=1152s>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, vol. 3, n. 1, pp. 297-318, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.21814/rlec.98>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PUAR, Jasbir K. **Ensamblajes terroristas**. El homonacionalismo en tiempos queer. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2017.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

SAID, Edward W. **A questão palestina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SAID, Edward W. A ocupação é atrocidade. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/21/a-ocupacao-e-a-atrocidade>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SCHULMAN, Sarah. **Israel and ‘Pinkwashing’**. The New York Times, 2011. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/>>

pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-amessaging-tool.html>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SCHULMAN, Sarah. **A Documentary Guide to Pinkwashing**. Huffpost, 2016. Disponível em: <https://www.huffpost.com/entry/israel-pinkwashing_b_1132369>. Acesso em: 18 abr. 2019.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero** (1980). Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2015.